



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – C N A

Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina – Sede : Bruxelas

CNA PROPÕE E RECLAMA AO GOVERNO

“ 10 Medidas de emergência contra a crise da Agricultura e do Mundo Rural ” *que também devem ter cabimento no Orçamento de Estado para 2010*

Esta proposta da CNA vem na sequência das movimentações de protesto dos Agricultores, com destaque para a concentração realizada na abertura da AGROVOUGA (Aveiro) a 21 de Outubro passado, *e foi já formalmente apresentada, ontem, durante a primeira audiência com o Ministro da Agricultura.*

Face à crise aguda que vivem a Agricultura Familiar e o Mundo Rural – a pior crise dos últimos trinta anos – a CNA considera não haver tempo a perder. Ou o Governo toma um conjunto de medidas de emergência, como se preconiza, ou a situação vai agravar-se ainda mais e ainda mais rapidamente com graves consequências sociais, económicas e ambientais.

Neste contexto, assumem grande relevância o Orçamento de Estado e o Orçamento da União Europeia para 2010 em que é indispensável fazer aumentar as dotações orçamentais destinadas à Agricultura e corrigir injustiças várias na atribuição dos fundos disponíveis.

Assim, em vez de novas imposições para as reduções do investimento público, no caso na Agricultura - outra vez a pretexto da redução dos défices orçamentais do Estado – aquilo que é necessário é reforçar esse investimento público e a todos os níveis. De outra forma, é atirar mais crise para dentro da crise que, repete-se, já está a níveis críticos.

O Ministro da Agricultura propõe-se a manter o diálogo e a colaboração com as estruturas representativas dos Agricultores, princípio que se regista.

Da parte da CNA também toda a disponibilidade.

Porém é igualmente urgente que o diálogo tenha consequências práticas na defesa da Agricultura Familiar, na promoção da Produção Nacional e do consumo interno, na melhoria dos rendimentos dos nossos Agricultores, na salvaguarda da Soberania e da Segurança Alimentares de Portugal e dos Portugueses..

"10 MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

CONTRA A CRISE DA AGRICULTURA E DO MUNDO RURAL"

1 - Intervenção do Governo para garantir o escoamento e melhores preços na Produção para Leite (pelo menos mais 5 cêntimos em litro) e Carne, nestes casos dando aliás cumprimento a uma "Resolução" da Assembleia da República – e intervenção do Governo para garantir melhores preços também para:- Arroz; Cereais; Vinho; Azeite; Hortofrutícolas; Batata; Madeira.

2 - Aumento do "benefício fiscal" (desconto) para o Gasóleo Agrícola e reposição da ajuda à Electricidade Verde.

3 - Combate à especulação com os preços dos Combustíveis, da Electricidade, das Rações, dos Adubos e outros Factores de Produção;

4 - Combate à "ditadura" das grandes superfícies comerciais que promovem a enxurrada das Importações, que manipulam os preços e assim esmagam em baixa os preços à Produção Nacional.

5 – Pagamento imediato das dívidas do Estado/Governo aos Agricultores e à Lavoura, e grande reforço das dotações do Orçamento de Estado para a Agricultura e Mundo Rural também para nivelar os níveis das Ajudas com os de outros Estados-Membro da União Europeia.

6 - Isenção temporária do pagamento das contribuições mensais dos Agricultores para a Segurança Social. No futuro próximo, garantir uma grande redução das Contribuições Mensais dos Agricultores consoante os rendimentos das Explorações e sem perda de direitos.

7 - Avaliação criteriosa da situação das doenças e pragas nos animais e nos vegetais – com destaque para a "língua azul" e para o Nemátodo – de forma a adequar os respectivos planos de controlo e/ou erradicação, inclusivé com o reforço dos respectivos meios técnicos e financeiros que lhes estão destinados.

8 - Criação de Linhas de Crédito altamente bonificado e a longo prazo (20 anos) para o Desendividamento e para o Investimento nas Explorações Agrícolas e nas Cooperativas.

8.1 – Correccão de discriminações ao nível da fiscalidade agrícola, comparativamente até com outros sectores de actividade em meio rural, por exemplo atribuição da bonificação de 10% em sede de IRC e IRS.

9 - Reformulação do ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural, de forma a apoiar, prioritariamente, as Explorações Agrícolas Familiares, a Produção Nacional, a Floresta de uso múltiplo, os Mercados Locais e Regionais e o Mundo Rural.

10 - Nas negociações sobre a PAC, Política Agrícola Comum, o Governo Português deve garantir o aumento, para o nosso País, das "quotas" e direitos de Produção bem como o aumento das verbas comunitárias destinadas à Agricultura Portuguesa, tanto mais que também já está na ordem do dia a aprovação do Orçamento Comunitário.

10.1 - Naquilo que ao Sector Leiteiro mais diz respeito, é tempo do Governo Português e da União Europeia tomarem as medidas urgentes que os Produtores e várias Organizações Agrícolas vêm reclamando a nível nacional e europeu:- aumento do Preço do Leite (e da Carne) na Produção; manutenção das "quotas" Leiteiras nacionais após 2015; anulação do aumento das "quotas" em 5% até 2013 – este, como se sabe, um aumento intercalar das "quotas" nacionais decidido no chamado "Exame de Saúde" da PAC aprovado o ano passado e que muito já está a contribuir para o agravamento da crise no Sector.

10.2 – No que reporta à recente proposta da Comissão Europeia para reclassificação de "Outras Zonas Desfavorecidas", para a PAC pós 2013, o Governo Português deve defender intransigentemente a manutenção dos actuais critérios sócio-económicos pelo que não pode aceitar a proposta da Comissão Europeia a qual, a concretizar-se, será altamente gravosa para os Agricultores e para o País.

...

Coimbra 11 de Novembro de 2009

A Direcção Nacional da C N A